



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Ata Nº 20/2016

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Vinte e Sete de Setembro de dois mil e dezasseis

----- Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no edifício dos Paços do Município, sob a presidência de Horácio Ramos Ferreira, estando presente Teresa Maria da Côrte Gonçalves como primeira secretária e José Jorge Fernandes Ornelas, como segundo secretário. -----

----- Estiveram também presentes os seguintes deputados municipais: pelo Partido Social-Democrata: José Armindo Pereira Pestana, Jeannete Ferreira Santos, Carlos Ramos Andrade, Luís Gaudêncio Fernandes e José Gilberto Abreu Andrade; Pelo Partido Socialista: João Abreu Gomes, Humberto Jorge Faísca Silva, Fábio Nelson Faria Santos, Libardo Juan Sousa Pereira e Graça Maria Fernandes Freitas; Pelo CDS/PP: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Maria Abreu Rodrigues, Manuela Jesus Gomes e Marco Nuno Correia Martins; Pelo PTP: Marco Nuno da Luz das Almas e como deputados independentes: João Luís Drumond Henriques e Domingos de Sousa Andrade. -----

----- Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João José Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia do Campanário); Emanuel Higinio Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava); Jorge Manuel Faria Santos (Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água) e Vítor Francisco Gomes de Abreu (Presidente da Junta de Freguesia da Tabua). -----

----- Estiveram ainda presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Jacinto Faria Pereira, a senhora Vereadora Maria Natália Abreu Rodrigues, o senhor Vereador Rui Ramos Gouveia, o senhor Vereador Alano Aires Santos Gonçalves, o senhor Vereador Carlos José Gonçalves e o senhor Vereador Rafael João Figueira Sousa. -----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão, para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **Ponto Um** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e Situação Financeira, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º2 alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

----- **Ponto Dois** - Apreciação do Relatório de Saneamento Financeiro Municipal - 1.º Semestre de 2016 e submeter à apreciação da Assembleia Municipal ao abrigo do artigo 86º da Lei 73/2013, 3 de setembro, conjugado com os n.ºs 4 e 7 do artigo 40.º da Lei nº 2/2007, 15 de janeiro. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

---- **Ponto três** - Apreciação do Relatório Semestral de Auditoria sobre a Situação Económica e Financeira do Município, ao abrigo do disposto na alínea d), artigo 77º da Lei 73/2013, 3 de setembro.-----

---- **Ponto quatro** - Discussão e votação da Proposta "Taxa Municipal pelos Direitos de Passagem para o ano de 2017", conforme o disposto na alínea b), nº1, do artigo 25 da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- **Ponto cinco** - Discussão e votação da Proposta "Fixação da taxa de IMI para o ano de 2016", conforme o disposto na alínea d), nº1, do artigo 25 da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- **Ponto seis** - Discussão e votação da Proposta "Fixação da taxa de IMI Familiar para o ano de 2016", conforme o disposto na no artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei 7-A/2016, 30 de março. -----

---- **Ponto sete** - Discussão e votação da Proposta "Fixação da Taxa de IRS da Participação para o ano de 2017", conforme o disposto na alínea b), nº1, do artigo 25 da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

Ponto oito - Discussão e votação da Proposta "Espaço para a exposição de artesanato por artesões no Mercado Municipal da Ribeira Brava".-----

---- **Ponto nove** - Discussão e votação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e submeter à Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea g), nº1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro.---

---- **Ponto dez** - Discussão e votação do Regulamento Municipal da Defesa da Paisagem, Publicidade e Ocupação do Espaço Público e submeter à Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea g), nº1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- **Ponto onze** - Discussão e votação da Proposta "Condições Gerais para o Concurso Público de concessão do direito de exploração de vários espaços comerciais, localizados no Mercado Municipal da Ribeira Brava" e submeter a Assembleia ao abrigo da alínea p), do artigo 25º da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- **Ponto doze** - Discussão e votação da Proposta Contrato para a Conceção, Construção, Concessão e Respetivas Condições Gerais da exploração do parque de manobras, no antigo campo público Municipal do Sítio da Adegá - Campanário e submeter a Assembleia ao abrigo da alínea p), do artigo 25º da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

Ponto treze - "Debate das Ações, condições, propostas e estratégias de intervenção no Parque Desportivo do Concelho de Ribeira Brava", em conformidade com a alínea a) nº 3, artigo 15º da Secção II do Regimento da Assembleia Municipal de Ribeira Brava.-----

---- **Ponto catorze** – Proposta de Recomendação recuperação e requalificação para as antigas Escolas Primárias da Ribeira Brava.-----

---- **Ponto quinze** – Proposta de recomendação Beneficiação de Pavimentos das Ruas e Estradas e Caminhos da rede viária municipal da Ribeira Brava.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

- Procedeu-se à discussão da ata número dezanove de dezasseis de junho de dois mil e dezasseis.-----
- Colocada à votação, a ata foi aprovada por unanimidade. -----
- A deputada Manuela Gomes do CDS, o deputado Humberto Silva do PS e o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campanário, João Batista Pereira Silva, não votaram devido à sua ausência na última reunião da Assembleia.-----
- Seguiu-se o período antes da ordem do dia, onde o deputado independente Domingos Andrade apresentou o voto de congratulação ao Grupo Campo de Trabalho 2016, com o seguinte conteúdo: «Os deputados independentes a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, propõem um voto de congratulação ao grupo do Campo de Trabalho 2016, que entre os dias quatro e quinze de Agosto realizaram um acantonamento na Escola Básica do 1º Ciclo com pré-escolar do Lugar da Serra. Este Grupo de Trabalho de natureza religiosa católica, realizou esta atividade centrada nos sítios serranos do Lugar da Serra e Terreiros, reeditando uma iniciativa que haviam tido há trinta e um ano atrás, permanecendo inclusive um elemento que repetiu estes dois momentos. A congratulação que se propõe a esta Assembleia, assenta na dinâmica inclusiva, aberta e envolvente que o Campo de Trabalho desenvolveu uma vez mais na sua estada na Escola do Lugar da Serra, envolvendo os residentes idosos, doentes, adultos, jovens e crianças com atividades diárias, tais como, visitas a pessoas acamadas, celebração de missas campais diárias, jogos, músicas, peças de teatro entre outras ações. A dominante deste grupo é a dinâmica que trouxe a estes sítios periféricos do Concelho, o envolvimento de toda a comunidade residente local, a empatia e amizade estabelecida com os residentes, e o exemplo de contributo, valorização e dinamização dada com a sua ação para o desenvolvimento e utilidade quer dos sítios do Lugar da Serra e Terreiros, quer das suas gentes, como também, da valia do equipamento público que atualmente é questionado - Escola do Lugar da Serra. Por fim, também a congratulação pela postura do diretor da Escola (anexo) e presidente da Junta de Freguesia de Campanário, ao proporcionar todas as condições e envolver-se também no sucesso desta iniciativa do Campo de Trabalho do Lugar da Serra.» -----
- Colocada à votação, este voto de congratulação ao grupo de Trabalho 2016, apresentado pelos deputados independentes, foi aprovada por maioria, registando uma abstenção do CDS/PP. -----
- O deputado Gilberto Andrade do PSD apresentou o voto de pesar, com o seguinte conteúdo: «O grupo de deputados do PSD, vem propor a Assembleia Municipal, um voto de pesar, pelo falecimento trágico do nosso conterrâneo, Segundo Furriel, Hugo Abreu.»-----
- Colocada à votação, este voto de pesar pelo falecimento do militar Hugo Abreu, apresentada pelo PSD, foi aprovada por unanimidade.-----
- O deputado Marco Almas do PTP, apresentou o voto de louvor com o seguinte conteúdo: «O deputado municipal do PTP, na Assembleia Municipal da Ribeira Brava, vem ao abrigo das disposições regimentais,



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

apresentar um Voto de Louvor «Aos Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava e aos Bombeiros Voluntários de Câmara de Lobos», com o seguinte conteúdo: «Este Verão ficou marcado pelo deflagrar de vários incêndios na Região Autónoma da Madeira, os quais deixaram um rasto de destruição e marcas profundas nas populações que vivenciaram esta tragédia. As consequências foram devastadoras, perdeu-se vidas humanas, animais, muito património natural e edificado foi destruído e se não fosse pelo trabalho hercúleo das várias corporações de bombeiros os danos teriam sido bem superiores. Importa frisar que foi graças ao empenho e determinação deste soldados da paz, que foi possível minimizar os prejuízos e salvar as populações ameaçadas pelo fogo. Quando se iniciou o incêndio na Freguesia do Campanário, a Corporação de Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava, encontravam-se a combater os incêndios que tinha deflagrado primeiramente nos concelhos da Ponta do Sol e Calheta e foi os Bombeiros Voluntários de Câmara de Lobos que vieram em auxílio do património e das populações do Concelho da Ribeira Brava. Deste modo, agradecemos e louvamos o sentido de dever de ambas as corporações que não olharam a «fronteiras» e combateram os incêndios com a mesma dedicação independentemente da área geográfica onde estavam inseridos. Assim, a Assembleia Municipal da Ribeira Brava, por iniciativa dos deputados municipal do PTP propõe o seu mais veemente Voto de Louvor «Aos Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava e Câmara de Lobos», pelo altruísmo e dedicação demonstrada no combate aos incêndios. Se aprovado por esta Assembleia, dever ser enviado para: A Corporação de Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava e A Corporação de Bombeiros Voluntários de Câmara de Lobos.»-----

----- Colocada à votação, o voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava e aos Bombeiros Voluntários de Câmara de Lobos, apresentada pelo PTP, foi aprovada por unanimidade.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que apesar de este voto incidir sobre as corporações de bombeiros, houve outros intervenientes que também ajudaram no combate e que também merecem o nosso agradecimento. -----

----- Os deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade apresentaram o voto de congratulação aos desportistas do concelho com prestações e presenças de relevância nacional e internacional, com o seguinte conteúdo: «Os deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade propõem à Assembleia Municipal de Ribeira Brava, congratular-se com os meritórios munícipes António Jorge Fernandes; Carolina Isabel Duarte Aguiar e Rosalinda Ksaigi dos Santos por presenças e resultados desportivos de relevância Nacional e Internacional. O Professor de educação física, António Jorge Fernandes, natural e residente em Campanário, destaca-se como treinador da seleção nacional feminina de Ténis de Mesa, tendo orientado esta além de várias competições internacionais, nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Este jovem professor iniciou nos anos 90 o seu contacto com o ténis de mesa nas Férias Desportivas da Ribeira Brava, tendo já após licenciarse em educação física e desporto, lecionado em várias escolas do 1º ciclo deste concelho, desenvolvendo o seu



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

percurso desportivo como atleta e treinador em vários clubes, centro de treino de alto rendimento do ténis de mesa na ATMM e culminando com o papel de treinador da seleção Portuguesa Feminina de Ténis de Mesa. A Jovem Carolina Isabel Duarte Aguiar, natural e residente na Serra de Água, tem-se destacado como atleta na modalidade de Basquetebol, onde recentemente, neste ano de 2016, foi pela 1ª vez convocada à seleção nacional de basquetebol no escalão de Sub-15 anos, tendo integrado a participação internacional nos jogos da CPLP que ocorreram em Cabo Verde. Já a Rosalinda Ksaigi dos Santos, natural da África do Sul, mas residente na Serra de Água, apesar da sua juventude, já se destaca como atleta da modalidade de atletismo nas disciplinas de velocidade onde tem obtido resultados de grande notoriedade, regional e nacional, só não está num patamar superior devido à sua condicionante de nacionalidade sul-africana. Desde os 60 metros planos, passando pelos 100 metros planos e barreiras e 200 metros planos e barreiras, Rosalinda tem amealhado diversos títulos de campeã e vice-campeã nacional nos seus escalões, como recordes de marca Regionais, apesar da sua idade juvenil. Pelos destaques que vão além da dimensão regional nos seus desempenhos, propomos a nossa congratulação com estes munícipes. P.S. a exemplo do ocorrido recentemente no dia do concelho com os ex-diretores das Escolas do Concelho propomos que a congratulação apresentada neste voto seja alvo de agradecimento público na comemoração da próxima efeméride.»-----

----- Colocada à votação, o voto de congratulação aos desportistas do concelho com prestações e presenças de relevância nacional e internacional, apresentada pelos dois deputados independentes, foi aprovada por unanimidade.-----

----- O deputado João Abreu do PS apresentou a proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava para a recuperação da falésia e abertura da estrada marginal entre a Tabua e a Ribeira Brava, com o seguinte conteúdo: «O grupo parlamentar do Partido Socialista vem por este meio solicitar à Câmara Municipal da Ribeira Brava para a recuperação da falésia e abertura da estrada marginal entre a Tabua e a Ribeira Brava, pelos seguintes pressupostos: Tendo em conta que não existe uma alternativa segura ao túnel da Via Expresso 1 (VE1) que liga a Tabua e a Ribeira Brava; Tendo em conta que as saídas de emergência do já citado túnel da VE1 dão para esta marginal que se encontra obstruída; Atendendo que no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) podem ser realizadas candidaturas para a construção de taludes e consolidação de escarpas em zonas de risco, que não estejam associadas a cheias e inundações; Tendo em conta que o POSEUR prevê uma verba de duzentos e sessenta e cinco milhões de euros para a Região Autónoma da Madeira; Tendo em atenção a necessidade de dinamizar a baixa da Vila da Ribeira Brava; Perante tudo aquilo que aqui é referido, PROPOMOS UMA RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA PARA A REALIZAÇÃO DE UMA CANDIDATURA AO POSEUR PERMITINDO A RECUPERAÇÃO DA FALÉSIA E ABERTURA DA ESTRADA MARGINAL ENTRE A TABÚA E A RIBEIRA BRAVA.»-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O deputado João Abreu do PS disse que as escarpas junto às ribeiras eram financiadas pelos fundos europeus, atualmente já existem apoios para que seja possível a sua recuperação e que de acordo com o novo programa também já é possível efetuar a candidatura e assim recuperar uma marginal tão importante. -----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que esta proposta vem de encontro aquilo que já vem sendo feito pelo executivo, em contacto com o Governo e que o grupo do PSD também quer a reabertura da marginal mas com segurança. -----

----- Colocada à votação, a proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava para a recuperação da falésia e abertura da estrada marginal entre a Tabua e a Ribeira Brava, apresentada pelo PS, foi aprovada por unanimidade. -----

----- O deputado João Abreu do PS, em declaração de voto, agradeceu em nome do partido e de toda a população do concelho, e espera que esta proposta não fique apenas no papel. -----

----- O deputado João Abreu do PS também apresentou a proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava para a construção de um pavilhão gimnodesportivo junto da escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares, com o seguinte conteúdo: «O grupo parlamentar do Partido Socialista vem por este meio solicitar à Câmara Municipal da Ribeira Brava que pressione junto do Governo Regional da Madeira, para a construção de um pavilhão gimnodesportivo, junto da escola secundária, atendendo aos seguintes factos: Garantir a segurança dos alunos evitando a deslocação para fora do recinto escolar dos mesmos para usufruírem das aulas de educação física; Tendo em atenção que estão previstos onze milhões e duzentos mil euros no orçamento regional e no plano de investimentos plurianual da Região Autónoma para a construção da nova escola e que o custo da mesma está orçamentado em aproximadamente oito milhões. Existe portanto verba suficiente para a construção deste equipamento. O grupo parlamentar do Partido Socialista tem a certeza que é necessário a construção de um pavilhão gimnodesportivo, dentro das instalações da nova escola; Perante tudo aquilo que aqui é referido, PROPOMOS UMA RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA PARA QUE INTERCEDA JUNTO DAS ENTIDADES RESPONSÁVEIS NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO JUNTO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PADRE MANUEL ÁLVARES», -----

----- O deputado João Abreu do PS propõe a criação de um pavilhão gimnodesportivo juntamente com escola secundária, que será remodelada, e para que seja possível a realização da maioria das aulas, evitando assim percursos a pé fora da escola. Embora o projeto já esteja elaborado, há sempre hipótese de alterar e assim precaver futuros incidentes. -----

----- O deputado independente Luís Drumond interveio dizendo que esta proposta é como «se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé», e que defende a construção da escola no sítio certo, que é o atual campo municipal e assim libertar aquele espaço para outras valências. Questionou também o seguinte: para



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

quando a construção da escola, o que bloqueia a construção da escola, que já está atrasada, se o Governo realmente terá condições para avançar com este projeto e em relação ao gimnodesportivo, havia a intenção de iniciar as obras no Verão mas o mesmo não aconteceu. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS solicitou esclarecimento sobre se esta proposta é para incorporar o pavilhão na construção da escola ou se será isoladamente. -----

---- O deputado João Abreu do PS respondeu que a proposta visa construir o pavilhão no mesmo espaço escolar que a escola e que o se pretende é ter um pavilhão suficiente para a realização de aulas por parte dos alunos mais pequenos. -----

---- O deputado Marco Almas do PTP questionou o executivo camarário se já tem conhecimento do projeto final da escola e se no mesmo é possível incorporar o pavilhão. -----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que o projeto da escola contempla um ginásio e um pavilhão gimnodesportivo, e que a situação de quer a escola, quer o pavilhão não estar em obras não é da responsabilidade da câmara, porque a obra é do Governo. E acrescentou que o executivo tem sempre chamado a atenção aos governantes e que qualquer informação adiantada sobre as datas das obras é informação dada pelo Governo. -----

---- O deputado independente Luís Drumond referiu que agora que o Governo está em atraso com a construção da escola, onde é que estão as pessoas que foram contra o referendo, e que agora escondem-se e não reclamam junto do Governo e que é necessário ter pessoas que tenham determinação para levar avante os interesses do concelho. -----

---- Colocada à votação, a proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava para a construção de um pavilhão gimnodesportivo junto da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares, apresentada pelo PS, foi aprovada por maioria, registando a abstenção dos dois deputados independentes.-----

---- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, disse que a proposta é uma recomendação e que caso seja possível alterar, então que se contemple.-----

---- O deputado João Abreu do PS, em declaração de voto, agradeceu o voto, e disse que é um projeto e uma proposta válida e que o importante é que a escola no atual espaço seja feita da melhor forma e com as melhores condições possíveis para as gerações futuras, dado que não é possível construir a escola no atual espaço do campo de futebol. -----

---- O deputado João Abreu do PS apresentou ainda a proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava para a asfaltagem de toda a estrada regional que atravessa a freguesia do Campanário – Rua Comandante Camacho de Freitas, com o seguinte conteúdo: «O grupo parlamentar do Partido Socialista vem por este meio solicitar à Câmara Municipal da Ribeira Brava que pressione junto do Governo Regional da Madeira, para a



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

repavimentação total da estrada regional desde o início da freguesia do Campanário, atendendo aos seguintes factos: Atendendo a que a referida estrada encontra-se degradada desde meados dos anos oitenta do século passado, ou seja, desde que foi colocada a rede de saneamento básico já lá vão trinta anos; Tendo em atenção que estão previstos apenas três km de asfaltagem (fontes da imprensa regional, mais concretamente Diário de Notícias) no plano regional para esta freguesia, o que corresponde a cerca de metade desta importante via, onde todos os dias circulam centenas, quiçá milhares de veículos; O grupo parlamentar do Partido Socialista tem a certeza que é necessário a repavimentação total desta infraestrutura; Perante tudo aquilo que aqui é referido, PROPOMOS UMA RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA PARA QUE INTERCEDA JUNTO DAS ENTIDADES RESPONSÁVEIS NA ASFALTAGEM DE TODA A RUA COMANDANTE CAMACHO DE FREITAS QUE ATRAVESSA A FREGUESIA DO CAMPANÁRIO.» -----

----- O deputado João Abreu do PS disse que saiu na comunicação social, nomeadamente no Diário de Notícias, que a asfaltagem da estrada era previsto apenas três quilómetros de asfaltagem para esta freguesia e tendo em conta que a estrada em questão são cerca de seis quilómetros, questiona se essa asfaltagem seria apenas uma via de circulação, ou se seriam remendos. Disse também que até ao momento o executivo não se pronunciou sobre esta situação, e questiona se tem havido reclamações por parte da população em relação a situação degradante da estrada e alerta para a necessidade de esta intervenção ser feita em toda a estrada e não em apenas uma parte. -----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD interveio dizendo que o grupo do PSD concorda com o que foi dito, e que os três quilómetros são insuficientes, no entanto toda a estrada Comandante Camacho de Freitas vai desde a Ribeira Brava até à Vera Cruz e não apenas na freguesia do Campanário, e que espera que a obra comece o quanto antes. -----

----- O deputado Luís Almada do CDS solicitou esclarecimento ao executivo e tendo por base o que foi dito na comunicação social, se tem conhecimento da área em questão e para quando a obra.-----

----- O Senhor Presidente do Município referiu que tem alertado sempre para esta situação da estrada regional e que há cerca de duas semanas houve uma reunião com a direção de estradas, onde foi referido as atuais dificuldades financeiras mas também sobre a necessidade de intervenção desta estrada, onde há zonas que necessitam de um tapete completo, e que houve indicação para que as obras se iniciem a curto prazo. -----

----- O deputado Ilídio Almada do CDS questionou o executivo se a obra não foi realizada por falta de verbas ou se estão a espera para o período de eleições. -----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que o que tem sido feito por parte do executivo pelo concelho e a postura que tem sido assumida perante o Governo Regional é a de reivindicar o melhor para o concelho e que existem dificuldades financeiras que a câmara não pode resolver e adiantou que a obra irá para o terreno a



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

curto prazo. -----

---- O deputado Fábio Santos do PS interveio dizendo que desde que o Presidente da Câmara tomou posse, tem sido sempre debatido sobre a estrada do Campanário e que temos conhecimento que o Governo Regional tem dificuldades financeiras, no entanto no caso do nosso concelho, a Ribeira Brava tem sido esquecida, comparando com outros concelhos da região. A única obra que tem sido feita é a obra da ribeira, no âmbito da Lei de Meios e que não é necessário aguardar pelo período de eleições para avançar com as obras. -----

---- O deputado João Abreu do PS referiu que a intervenção na estrada terá de ser na totalidade e não apenas em três quilómetros em Campanário, conforme saiu na comunicação social e que aquela estrada já teve a sua última intervenção há mais de vinte anos.-----

---- Colocada à votação, a proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava para a asfaltagem de toda a Estrada Regional que atravessa a Freguesia do Campanário – Rua Comandante Camacho de Freitas, apresentada pelo PS, foi aprovada por unanimidade.-----

---- O deputado João Abreu do PS, em declaração de voto, disse que ainda bem que todos os deputados partilham da mesma opinião, em prol das melhorias no concelho. -----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, disse que votou favoravelmente para defender os interesses do concelho. -----

---- Esgotado o período antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a introdução de um novo ponto na ordem do trabalho intitulada «Proposta de Recomendação à proposta “Contrato para a Conceção, Construção, Concessão e respetivas Condições Gerais de Exploração do Parque de Manobras, no Antigo Campo Público Municipal no Sítio da Adega – Campanário”», apresentada pelos Deputados Independentes.-----

---- Colocada à votação, a proposta de introdução de um novo ponto na Ordem de Trabalhos: foi reprovada, registando onze votos contra do PSD e três abstenções (uma do PP e duas dos dois deputados independentes).

---- **Ponto Um** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e Situação Financeira, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º2 alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- O Senhor Presidente do Município referiu que foi dada uma informação sucinta por escrito a todos os deputados, mas por lapso não foi mencionado a habilitação da ponte no Lugar da Ribeira, no âmbito da lei de Meios, além disso este último mês o executivo efetuou as candidaturas ao PODRAM, referente a caminhos agrícolas nomeadamente na Levada do Barqueiro, Fonte Pinheiro, São João Verdinho, Pedregal, Chapim entre outros, trata-se de uma candidatura ambiciosa de aproximadamente seis milhões de euros; o executivo também está a ultimar os procedimentos para a reabilitação do campo municipal; a finalizar o preenchimento de três candidaturas à ADRAM, para a reconversão do antigo parque de São João, reconversão da vereda do Passo, e



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

recuperação dos vários parques infantis do concelho; também foi efetuado uma candidatura no âmbito da AMRAM, para aquisição de equipamentos de limpeza urbana; a nível do quadro comunitário 14/20 iniciou-se a abertura de algumas candidaturas que têm sido possíveis de se candidatar, por parte do executivo, e que o executivo tem trabalhado na manutenção de vários espaços nos concelhos. Referiu ainda que a nível financeiro as contas estão em dia e todos os pagamentos a fornecedores estão com prazo de pagamento inferiores a sessenta dias, o que permite à câmara trabalhar de forma sustentada e com vista a um futuro mais otimista para toda a população do concelho. -----

---- O deputado independente Luís Drumond interveio dizendo «Para quando a finalização da intervenção nos arranjos na vila da Ribeira Brava, nomeadamente as passadeiras junto à rotunda dos táxis; correção de problemas de construção no pavimento junto à garagem da paróquia, mesmo ao lado da CM; bem como a explicação para só as passadeiras que acedem à sede do PSD ter aquele antiderrapante vermelho? Porquê? Felicitar a concretização da mais-valia que foi a construção da praceta do Bom Despacho no Campanário, por ser esta de facto a intervenção destes três anos de mandato mais relevante, cumprindo a recomendação do próprio PSD no início deste mandato (para intervir em equipamentos abandonados e vandalizados), mas também por ter concretizado uma proposta que eu próprio apresentei em dois mil e cinco para integrar o então programa autárquico do PSD com líder Ismael Fernandes – água mole em pedra dura tanto bate que até fura, e assim onze anos após temos praceta no Bom Despacho. Como não há bela sem senão, entristece-me que esta CM seja autista à ultima recomendação desta Assembleia aprovada sem os votos do PSD, não tendo aproveitado esta oportunidade estrutural para atender às sugestões de melhoria, nomeadamente a manutenção do pórtico como estava, sendo mais valorizado arquitetonicamente, não criação de um acesso automóvel à novel praceta limitando muito a funcionalidade e os riscos de ocorrerem incidentes nos eventos que se promovam neste espaço, como ia ocorrendo já neste primeiro fim-de-semana, não acolhendo as sugestões de toponímia ligada ao elemento agregador local “Bom Despacho” e memorial à antiga escola da Porta Nova, como ainda questionamos se estará finalizada a obra, pois existem problemas de escoamento das águas junto a moradias, e perguntamos se não haverá outro mobiliário urbano e equipamento infantil para aquele espaço? Por fim um agradecimento especial ao construtor que se esmerou sem qualquer custo acrescido e sem qualquer vantagem própria, trabalhando mais de um mês todos os dias da semana, até domingos, com horários alargados até as vinte e uma/vinte e duas horas, é notável o brio pelo melhor do Município e pela salvaguarda do calendário festivo do Bom Despacho... O abaixo-assinado enviado pela AD Campanário, referente a uma necessidade premente do concelho e da freguesia de Campanário, que é a dotação de melhores condições de circulação a pé e automóvel e estacionamento no espaço junto ao nó de Campanário e sob o viaduto da Amoreira, onde existe muito movimento e enormes constrangimentos à normal circulação e segurança.-----



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- a) É uma proposta do PSD desde dois mil reiterado pelo presidente do GR em dois mil e sete (inauguração da sede da ADC) e continua neste programa autárquico, embora o PDM tenha classificado os terrenos sob o viaduto exceção do Polidesportivo antigo e abandonado, de zona de edificação??! -----

----- b) Utiliza espaços públicos, e via de acesso Municipal que liga não só Campanário mas parte da freguesia de Ribeira Brava pelo lado nascente, inclusive um parque industrial; -----

----- c) A ADC já solicitou apoio e iniciou em parceria com amigos locais, há mais de um ano o desmatar e limpeza do espaço sob o viaduto, mas sem colher qualquer apoio do Município. -----

----- d) Diariamente dezenas de cidadãos do Campanário e doutras paragens frequentam o espaço sede da ADC – Campanário Centrum Club, para aceder aos múltiplos serviços ali prestados ou dinamizados (Ginásio, pay shop, sede ADC, escola de Condução, sala de formação; bar, explicações, lazer, Multibanco, estacionamento para se deslocar para os trabalhos, etc.), correndo riscos na deslocação apeada (ausência de passeio e de passadeira, inclusive lombas para reduzir velocidade (vários acidentes e despistas para casa do Sr. Vaquinha).» -----

----- O deputado independente Domingos Andrade solicitou os seguintes esclarecimentos sobre: a fusão e o encerramento da escola do Lugar da Serra, se foi tido em conta a intenção dos pais ou se apenas a formalidade; informar que há pais que estão descontentes sobre o transporte público; na ata número doze de vinte e três de junho o senhor presidente falou na intenção de entregar aquele espaço da escola à Junta de Freguesia do Campanário; questionou porque não entregar á Associação Desportiva do Campanário, que desde o seu início tem tido um papel correto e coerente; o que significa a criação do polidesportivo em espaço comum; elogiar o papel do senhor presidente da Junta de Freguesia do Campanário na distribuição da água de rega. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP interveio agradecendo à câmara municipal, à junta de freguesia do Campanário, Tabua, Ribeira Brava e Serra de Água o apoio dado na deslocação da equipa de futebol sub nove do Clube Desportivo Ribeira Brava ao concelho da Póvoa de Varzim, e que foram muito bem recebidos. Questionou ainda sobre: a limpeza da vereda do Til; qual o ponto de situação e se tem havido fiscalização aos tanques de rega; qual a intervenção da câmara nas paredes e limpeza no ribeiro, na Amoreira, onde sucedeu a tragédia ocorrida em Setembro.-----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que está em falta duas passadeiras e que as mesmas serão repostas em breve; em relação à convergência das águas, foi previsto e testado aquando da colocação da calçada que o melhor seria a convergência da mesma para o meio da estrada e não para os lados, em relação à praceta do Bom Despacho, as recomendações são aceites e feitas sempre que sejam possíveis, neste caso em concreto obrigava à reformulação do projeto na íntegra, dado que eram vários aspetos a ser alterados; quanto ao abaixo-assinado, vai ser dada resposta à Associação Desportiva do Campanário, existe consciência para aquela situação e adiantou que esteve no local juntamente com o senhor Secretário das Obras Públicas a ver o que seria possível



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

fazer, tendo a câmara municipal enviando ao Governo, para análise, uma possível reordenação das viaturas por debaixo do viaduto e construção de zona para caminhada. Em relação aos sacos de cimento, existe um polidesportivo criado pelo município, ao qual a câmara possui um possível projeto para ser analisado pelo Governo, onde também está contemplado uma zona para as camionetas, e foi sugerido à direção de estrada, criar uma lomba e uma passadeira naquele local, mas foi recusado, e informou ainda que o abaixo-assinado entregue será reencaminhado para a secretaria das obras públicas.-----

----O Senhor Presidente do Município respondeu às questões efetuadas pelo senhor deputado Domingos Andrade dizendo que o que foi dito era que aquele espaço da escola poderá ser entregue à Junta de Freguesia do Campanário, como poderá ser entregue a outras instituições, estando atualmente com acesso restrito à escola; a câmara irá analisar a possibilidade da limpeza da vereda do Til, e que em relação ao apoio dado, na limpeza junto ao ribeiro, houve um compromisso com a senhora para a canalização do ribeiro devido ao custo acrescido.-----

---- O Senhor Presidente do Município passou a palavra à senhora Vereadora Natália Rodrigues, que disse que relativamente às fusões das escolas a nível concelhio, a câmara municipal juntamente com o delegado escolar, foram às escolas para dar conhecimento desta situação, houve realmente descontentamento por parte dos pais, e por sua vez essa situação foi reportada à secretaria regional de educação. A resposta dada por parte deste órgão foi que no caso de os pais não quererem a matrícula na escola afeta, a mesma seria aceite noutras escolas. Disse ainda que foram já acertados horários no transporte para melhoria dos alunos e que a câmara não possui qualquer informação sobre os alunos que dormem dentro das carrinhas.-----

---- O Senhor Presidente do Município passou a palavra ao senhor Vice Presidente Marcelino Pereira, em relação aos tanques de rega, disse que as câmaras apenas têm responsabilidades sobre a cobertura, o restante é da responsabilidade dos proprietários, e que só após o acontecimento desta situação trágica, é que se tomou conhecimento sobre a inexistência de legislação e que não sendo possível entrar em terrenos privados, os casos que vão ocorrendo são as pessoas que tem alertado a câmara que por sua vez notifica os proprietários. A câmara tomou providências e um dos pontos da ordem do dia desta assembleia será a aprovação de regulamento no urbanismo para que os tanques novos a partir de quinze metros cúbicos obrigue a projeto.-----

---- O deputado Luís Almada do CDS solicitou esclarecimento sobre: a toponímica, por que motivo as placas não vão para o terreno; qual o ponto de situação sobre a estrada da Vigia e se o projeto se mantém como inicialmente e em que moldes; e qual a possibilidade de conclusão da obra da estrada da Longueira e Pedregal.

---- O deputado Fábio Santos do PS alertou o executivo sobre uma pedra que se encontra em perigo na encosta que liga a Ribeira Brava à Apresentação.-----

---- O senhor Presidente do Município respondeu que em relação à toponímica a câmara está a ultimar o



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

[Handwritten signatures]

procedimento; quanto à estrada da Vigia a câmara recebeu informação escrita de que o Governo Regional não tem disponibilidade de verbas para concluir o contrato programa e mediante isto, foi enviado um pedido por escrito a solicitar que não havendo verbas, pelo que concluíssem o que já está aberto e a ligação à zona do Bom Despacho e em contrapartida, apresentaríamos um projeto agrícola para o ramal principal, pelo que estamos a aguardar decisão. Em relação à ligação da estrada da Corujeira ao Pedregal, existe consciência de que o plafond já está esgotado; e quanto à recomendação efetuada iremos solicitar apoio ao gabinete técnico e após análise, enviar para quem de direito.-----

---- **Ponto Dois** - Apreciação do Relatório de Saneamento Financeiro Municipal - 1.º Semestre de 2016 e submeter à apreciação da Assembleia Municipal ao abrigo do artigo 86º da Lei 73/2013, 3 de setembro, conjugado com os n.ºs 4 e 7 do artigo 40.º da Lei nº 2/2007, 15 de janeiro.-----

---- **Ponto três** - Apreciação do Relatório Semestral de Auditoria sobre a Situação Económica e Financeira do Município, ao abrigo do disposto na alínea d), artigo 77º da Lei 73/2013, 3 de setembro.-----

---- O Senhor Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto dos pontos dois e três, pelo que a assembleia aceitou a sugestão. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que no âmbito do saneamento financeiro e mediante a apresentação do relatório semestral, a câmara está a cumprir com as linhas do referido saneamento, com a receita, nos quatro itens, a ter valores superiores aos previstos, e tendo em conta que a taxa convencionada para o IMI é a mínima; à data de trinta de junho de dois mil e dezasseis a dívida total é de seis vírgula trezentos oitenta seis milhões, que inclui a participação do Fundo Apoio Municipal; face ao nosso limite de endividamento, que de acordo com a Lei Setenta e Três seria de nove vírgula seis milhões e conforme estipulado pela mesma, esta diferença significa que a câmara tem uma margem para contrair dívida de até seiscentos mil euros, por se encontrar abaixo. Informou ainda que o prazo médio de pagamento é inferior a sessenta dias, o que se traduz numa boa situação financeira. Em relação ao relatório do UHY, e comparando o primeiro semestre de 2015 com o primeiro semestre de 2016, houve uma redução dos impostos diretos, que teve a ver com a redução dos IMI's o que se traduziu numa redução das despesas correntes das famílias, e que este relatório vem confirmar aquilo que tem vindo a ser feito com o saneamento financeiro, pretendendo-se assim a obtenção de contas controladas e equilibradas. -----

---- O deputado independente Luís Drumond interveio no sentido de reconhecer o mérito e empenho que a câmara municipal tem vindo a desenvolver a nível orçamental e no que respeita ao saneamento financeiro menciona que o “quadro técnico da CM com habilitação de nível superior – condiciona rigor técnico e exige mais serviços externos”, havendo assim a necessidade de uma estratégia e opção de contratação mais qualificada ao contrário do que se decidiu recentemente executar.» -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O deputado Luís Almada do CDS disse que o anterior executivo deixou um fardo pesado e que é de louvar o trabalho que o executivo tem desenvolvido de consolidação das contas e que se deverá ter em conta a contratação de quadros técnicos para diminuir custos. -----

----- **Ponto quatro** - Discussão e votação da Proposta "Taxa Municipal pelos Direitos de Passagem para o ano de 2017", conforme o disposto na alínea b), nº1, do artigo 25 da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente do Município referiu que a câmara propõe a da taxa de zero vírgula vinte e cinco por cento de taxa municipal pelos diretos de passagem, ou seja, manter a atual taxa. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP questionou o executivo sobre se está a ser ressarcido deste imposto, qual o valor e quais as empresas que não estão a cumprir. -----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que a autarquia está a receber e que a diminuição do valor recebido este ano, comparativamente ao anterior deve-se às empresas que regularizaram atrasos. -----

----- Colocada à votação, a "Taxa Municipal pelos Direitos de Passagem para o ano de 2017", conforme o disposto na alínea b), nº1, do artigo 25 da Lei 75/2013, 12 de setembro foi aprovada por maioria, registando a abstenção do PTP. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou que votou na abstenção porque trata-se de um imposto indireto cobrado aos munícipes de forma injusta. -----

----- **Ponto cinco** - Discussão e votação da Proposta "Fixação da taxa de IMI para o ano de 2016", conforme o disposto na alínea d), nº1, do artigo 25 da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente do Município referiu que propõe a fixação da taxa mínima para o ano de 2016, com a aplicação da taxa de 0,8% para os prédios rústicos e 0,3% para os prédios urbanos. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP questionou o executivo se irá aplicar a legislação sobre o aumento do IMI referente à exposição solar. -----

----- O Senhor Presidente do Município disse que a câmara não irá pedir reavaliações aos imóveis e que as finanças é que irão efetuar esse cálculo. -----

----- O deputado independente Luís Drumond interveio dizendo que a câmara continua a manter as taxas mínimas do IMI e que na sua perspetiva, o aumento do IMI deverá ser equacionado, apenas nas zonas urbanas sobres os imóveis abandonados e degradados, dado que constituem um obstáculo ao desenvolvimento urbano. -----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que concorda com o referido pelo deputado independente Luís Drumond, dado que existem vários imóveis e solicitou a intervenção do senhor presidente sobre esta matéria. -

----- O Senhor Presidente do Município disse que na próxima assembleia irá propor a definição das áreas de reabilitação urbana com respetivos incentivos, são três projetos que se aglutinam num só: o plano estruturado de desenvolvimento, em que um desses planos tem a ver com esta reabilitação por todo o concelho, sendo que



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

os prédios mais degradados serão incentivados à sua reabilitação com a redução do IMI e por exemplo a aquisição por parte de terceiros também será tido em conta a redução do IMT, no entanto ainda está a ser definido.-----

----- O deputado independente Luís Drumond disse que são questões pertinentes e mediante aquilo que anunciou sobre o plano estruturado de desenvolvimento, sugere que se possível haver um espaço ou vários momentos em que todos possam ouvir e debater sobre este assunto e não apenas que seja discutido em assembleia, até porque são documentos extensos e técnicos e com pouco tempo de análise por parte dos deputados. -----

----- Colocada à votação, a proposta "Fixação da taxa de IMI para o ano de 2016", conforme o disposto na alínea d), nº1, do artigo 25 da Lei 75/2013, 12 de setembro foi Aprovada por Maioria, registando a abstenção do PTP.

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, referiu que o imposto encontra-se no mínimo, no entanto a câmara deveria interceder junto das finanças para rever o coeficiente de localização.-----

----- **Ponto seis** - Discussão e votação da Proposta "Fixação da taxa de IMI Familiar para o ano de 2016", conforme o disposto na no artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei 7-A/2016, 30 de março. -----

----- O Senhor Presidente do Município referiu que houve uma alteração, decorrente da lei, em que a redução do IMI familiar não será em percentagem mas em valor numérico, e que neste sentido a câmara propõe a taxa máxima de redução dos intervenientes, sendo de vinte euros para um dependente, quarenta euros para dois dependentes e setenta euros para três ou mais dependentes.-----

----- O deputado independente Luís Drumond efetuou as seguintes questões: «porquê mudar o paradigma da percentagem para o valor absoluto? Qual o montante do impacto desta medida no orçamento da receita da CMRB no ano transato? Qual o valor médio reduzido às famílias com um, dois e três ou mais filhos?».-----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que em relação à medida tomada no ano passado, a previsão foi de uma redução de sessenta mil euros, no entanto a redução efetiva foi de cento e tal mil euros, devido às questões de isenções automáticas e aplicadas a determinadas famílias, definidas por lei. Disse ainda que o número de famílias foi de quatro centos e noventa e uma famílias com um dependente, quatro centos e quarenta e um com dois dependentes e noventa e quatro com três ou mais dependentes.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP questionou se há possibilidade de acumulação de isenção. -----

----- O Senhor Presidente do Município referiu que não é possível. -----

----- Colocada à votação, a proposta "Fixação da taxa de IMI Familiar para o ano de 2016", conforme o disposto na no artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei 7-A/2016, 30 de março foi aprovada por unanimidade.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que é uma medida que irá ajudar diversas famílias no entanto a redução em percentagem seria mais vantajosa. -----

----- **Ponto sete** - Discussão e votação da Proposta "Fixação da Taxa de IRS da Participação para o ano de 2017", conforme o disposto na alínea b), nº1, do artigo 25 da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

----- O senhor Presidente do Município disse que a câmara propõe a participação de cinco por cento no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, a incidir sobre os rendimentos de 2017 e a arrecada pelo município em 2018. -----

----- Colocada à votação, a proposta "Fixação da Taxa de IRS da Participação para o ano de 2017", conforme o disposto na alínea b), nº1, do artigo 25 da Lei 75/2013, 12 de setembro foi aprovada por maioria, registando os votos contra do PS e do PTP, e a abstenção dos dois deputados independentes. -----

----- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, disse que anteriormente votou contra devido ao saneamento financeiro mas que estando atualmente a autarquia com as contas equilibradas então deverá ser devolvido os cinco por cento às famílias. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, referiu que não concorda com o valor máximo da taxa, e considera que é uma percentagem que deveria ser devolvida aos munícipes. -----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, justificou o seu voto favorável reconhecendo que a câmara reduziu significativamente a dívida e que terá de ser devolvido aos poucos às famílias. -----

----- **Ponto oito** - Discussão e votação da Proposta "Espaço para a exposição de artesanato por artesões no Mercado Municipal da Ribeira Brava". -----

----- O Senhor Presidente do Município disse que a proposta vem de encontro à proposta de recomendação feita pelo CDS na câmara, em que se propõe a isenção das taxas previstas no regulamento do município aos artesões que queriam expor ou vender os seus produtos por o período de um ano no Mercado Municipal. -----

----- O deputado independente Luís Drumond efetuou as seguintes questões: «Quem, quantos, onde, como, entre outras particularidades, faltam nesta proposta, pelo que a ideia base é positiva, mas a forma não explicita e demonstra a validade, justiça e pertinência da iniciativa» e caso haja uma procura significativa como se irá processar. -----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que a gestão do espaço municipal é feita pela câmara municipal, e caso haja muitos artesãos, então terá de ser feita uma gestão de escalas, com calendário e o mais equitativo possível. -----

----- O deputado independente Luís Drumond reformulou a questão se é só para artesãos da Ribeira Brava. -----

----- O Senhor Presidente do Município disse que são para os artesãos da Ribeira Brava e tem de apresentar o cartão de artesão como prova. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

----- O Deputado João Abreu do PS solicitou esclarecimento sobre quais os critérios para serem considerados artesãos.-----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que basta ter o cartão de artesão.-----

----- Colocada à votação, a proposta "Espaço para a exposição de artesanato por artesões no Mercado Municipal da Ribeira Brava" foi aprovada por maioria, registando a abstenção dos dois deputados independentes, do PTP e uma do PS. -----

----- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, disse que independentemente de quem propõe é importante que os artesãos do concelho tenham acesso a este espaço.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, referiu ter dúvidas sobre a legalidade desta proposta, concorda com a ideia no entanto porque não abranger também os agricultores.-----

----- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, disse que desde o momento que tenha o cartão de artesão, deveria ser abrangido a todos os artesãos e não só os do concelho. -----

----- **Ponto nove** - Discussão e votação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e submeter à Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea g), nº1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro.---

----- O Senhor Presidente do Município disse que este regulamento foi realizado pelo departamento técnico da câmara e teve em conta duas situações: a primeira foi de atualizar o regulamento anterior de acordo com a nova legislação e um segundo aspeto, foi facilitar as pequenas obras urbanísticas que permitem o melhoramento das condições de habitabilidade dos munícipes, nomeadamente foi aumentado o tipo de obras que ficam isentas de controlo prévio, bem como a isenção de controlo prévio para os tanques de rega até quinze metros cúbicos. Disse ainda que no período de consulta pública houve dois contributos efetuados por parte do CDS, onde ressalvo a proposta baseada na mobilidade elétrica, que exige que os novos edifícios possuam já as tomadas nos estacionamento para os carros elétricos. -----

----- Colocada à votação, a proposta do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e submeter à Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea g), nº1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro foi aprovada por maioria, registando a abstenção dos dois deputados independentes e do PTP.-----

----- **Ponto dez** - Discussão e votação do Regulamento Municipal da Defesa da Paisagem, Publicidade e Ocupação do Espaço Público e submeter à Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea g), nº1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

----- O Senhor Presidente do Município passou a palavra ao senhor vereador Rui Gouveia, que informou que este regulamento vem no intuito da nova legislação publicada em 2015, regimento jurídico das atividades de comércio e de restauração, referente à ocupação de espaços públicos. Este regulamento esteve em discussão durante trinta dias, sem qualquer contributo, e define as condições e critérios gerais de ocupação do espaço



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

público, visando ajudar na forma de disciplinar a via pública, e também a criação do balcão empreendedor. Disse ainda que tudo o que seja ocupação da fachada de esplanadas e comércio, já não é pago, desde que esteja dentro o período do seu negócio; por outro lado houve também a fixação de algumas zonas protegidas desde a escola até à baixa da Ribeira Brava, o miradouro da Cruz e os centros das freguesias do concelho. -----

----- O deputado independente Luís Drumond disse que face ao «Desconhecimento da discussão pública, do teor, impede uma posição consciente», e alerta para o péssimo exemplo dado pela própria CM e instituições com dirigentes máximos a integrarem esta Câmara que ao longo dos tempos têm conspurcado as paredes, mobiliário, equipamentos do património público e privado com cartazes de todo o tipo e eventos.»-----

----- Colocada à votação, a proposta do Regulamento Municipal da Defesa da Paisagem, Publicidade e Ocupação do Espaço Público e submeter à Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea g), nº1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro foi aprovada por maioria, registando o voto contra do PTP e a abstenção dos dois deputados independentes.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que o «regulamento não é só esplanadas e cafés, e que realmente havia muita desorganização nessa matéria, mas por exemplo o artigo sexto ponto quinto do referido regulamento vai contra a Constituição da República, em que os partidos políticos não carecem de autorização nem de regulamento sobre o desenvolvimento de atividade política, atividade esta que é livre e está regulamentada»-----

----- **Ponto onze** - Discussão e votação da Proposta "Condições Gerais para o Concurso Público de concessão do direito de exploração de vários espaços comerciais, localizados no Mercado Municipal da Ribeira Brava" e submeter a Assembleia ao abrigo da alínea p), do artigo 25º da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

----- O Senhor Presidente do Município disse que existem várias lojas no mercado municipal em que o contrato de aluguer está prestes a terminar, nomeadamente: a frutaria do andar de cima, a sapataria, a peixaria. A proposta que se pretende é que a zona onde se encontra a sapataria deverá estar aberta a qualquer atividade, a loja onde se encontra a peixaria, reservar apenas uma a esta atividade e as seguintes lojas para produtos hortícolas ou floristas, e em cima qualquer atividade; os contratos serão por dez anos com possibilidade de renovação. -----

----- O deputado independente Luís Drumond solicitou os seguintes esclarecimentos: «o tempo em que se desencadeia este procedimento, ainda vai a tempo de estar adjudicado os espaços do mercado a um de novembro de 2016? O valor base tem por referência os valores dos presentes contratos? Se não, ou corre riscos, a CM esteve distraída, e que medidas serão aplicadas aos concessionários e espaços durante os meses não contratualizados? Fecham, pagam?» -----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que os valores foram definidos com base nas rendas atuais e



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

até mais baixos devido às dificuldades que existem nos pagamentos das mesmas. Disse ainda que será difícil cumprir com o prazo de Outubro, no entanto ninguém será despejado até porque existe a consciência do valor das rendas exorbitantes que pagaram até agora. Em relação às divergências que possam existir nesta concessão, serão as mesmas que existem entre um bar e uma barraca de São Pedro. -----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que tendo presente o prazo final, deveria ter sido iniciado mais cedo este processo para que quando finalizasse os atuais contratos, pudessem dar entrada aos novos. ----

---- O deputado Marco Almas do PTP questionou qual a possibilidade de ser fixado um preço máximo em que poder haver rendas mais altas face a negócios que não são tao viáveis e que deixam de cumprir. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que as propostas são fechadas e que, quem der mais fica. -----

---- Colocada à votação, a Proposta "Condições Gerais para o Concurso Público de concessão do direito de exploração de vários espaços comerciais, localizados no Mercado Municipal da Ribeira Brava" e submeter a Assembleia ao abrigo da alínea p), do artigo 25º da Lei 75/2013, 12 de setembro foi aprovada por maioria, registando a abstenção do PTP.-----

----- Foi efetuado um intervalo, tendo os trabalhos sido retomados às dezasseis horas e cinquenta minutos.----

----- **Ponto doze** - Discussão e votação da Proposta Contrato para a Conceção, Construção, Concessão e Respetivas Condições Gerais da exploração do parque de manobras, no antigo campo público Municipal do Sítio da Adegas - Campanário e submeter a Assembleia ao abrigo da alínea p), do artigo 25º da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- O Senhor Presidente do Município referiu que a proposta visa alugar o campo da Adegas e em contrapartida quem ganhar o concurso, irá fazer obras no espaço de lazer, nomeadamente com lareiras, casas de banho, zona de estacionamento, e uma muralha de contenção, estimada em cento e vinte mil euros. Nos primeiros anos de exploração não irão pagar renda, mas reverterão para amortizar o investimento realizado pelo promotor, os contratos serão de quinze anos e o preço base é de mil euros.-----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que se trata de «Boa iniciativa para o Campanário, Município e requalificação desse espaço subaproveitado e abandonado, condições aceitáveis, mas apresento uma proposta de recomendação, visto as condições terem sido apresentadas pela CM, como atesta o projeto do gabinete técnico que suporta esta proposta. Tendo em conta a valência inicial desportiva daquele espaço – campo de futebol depois de basebol; Tendo em conta que a zona residencial intermédia da freguesia de Campanário, não dispõe de espaços de recreio e desporto abertos ao público em geral; Tendo em conta critérios de eficiência energética, consagrados em planos estratégicos municipal para a temática ambiental; Recomendamos, que o promotor possa desenvolver no projeto apresentado como condição de usufruto público como contrapartida do espaço público a concessionar: 1 – Um polidesportivo com dimensões mínimas de



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

30mx15m em piso sintético; 2 – Instalação de 1 equipamento infantil (conjunto multifunções); 3 – Dotação de iluminação artificial dos espaços de usufruto público com recurso ao aproveitamento de energia solar e lâmpadas tecnologicamente eficiente; 4 – Que se proceda ao ajustamento do período de carência em função do valor apurado para a componente acrescida de custos com a materialização dos pontos 1 e 2 desta recomendação.»-----

----- O deputado Marco Almas do PTP questionou se já existe algum interessado em explorar aquele espaço e lembra que na estrada do Pedregal existe um espaço semelhante mas não existe recolha de lixo, aspeto este que também deverá ser tido em conta.-----

----- O Senhor Presidente do Município disse que já existe um promotor interessado em lançar um projeto pioneiro na Madeira, para aquele espaço, mas que este tipo de projeto obriga a contratação pública. Havia já por parte da autarquia um projeto para aquele espaço, no entanto face ao investimento que irá requerer e à mais-valia obtida para aquela zona, consideramos um projeto viável para o futuro.-----

----- O deputado Luís Almada do CDS, referiu que tendo em conta as dimensões do campo, questiona se é viável a criação de um polidesportivo e também de um parque infantil, face às áreas.-----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que seria necessário averiguar a nível técnico essa viabilidade e qual o valor do investimento necessário, sendo que o valor total não poderá ultrapassar os quinze anos e que esta proposta poderá implicar a alteração das condições contratuais e isso implicaria trazer à Assembleia para aprovação. -----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD questionou se com as novas alterações, poderá existir o risco de o interessado já não querer o espaço e criar outras implicações. -----

----- O Senhor Presidente do Município disse que é necessário ter em contas as questões do terreno e se o valor do investimento poderá ser prolongado. -----

----- O deputado independente Luís Drumond disse que a competência desta ordem de trabalho é da assembleia, que poderá aprovar ou não e que ao ser aprovado esta proposta de recomendação a câmara poderá ou não acatar com essa decisão. Acrescentou que esta proposta vai de encontro à população local, como já existe noutras localidades no Campanário e questionou o executivo se partilha da mesma opinião. -----

----- O Senhor Presidente do Município disse que poderá analisar a recomendação e caso seja para avançar irá submeter a aprovação na próxima reunião de assembleia. -----

----- O deputado independente Luís Drumond referiu que vale a pena correr o risco atendendo a que ainda há terrenos que não estão registados e até Dezembro não ficará solucionado.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que o ponto a discutir é a proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- Colocada à votação, a proposta Contrato para a Conceção, Construção, Concessão e Respetivas Condições Gerais da exploração do parque de manobras, no antigo campo público Municipal do Sítio da Adega - Campanário e submeter a Assembleia ao abrigo da alínea p), do artigo 25º da Lei 75/2013, 12 de setembro foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Ponto treze** - “Debate das Ações, condições, propostas e estratégias de intervenção no Parque Desportivo do Concelho de Ribeira Brava”, em conformidade com a alínea a) nº 3, artigo 15º da Secção II do Regimento da Assembleia Municipal de Ribeira Brava.-----

----- O deputado independente Luís Drumond disse que «o desporto nas suas múltiplas vertentes, desde a fundação do concelho pelo então Visconde da Ribeira Brava, sempre foi alvo de uma atenção especial no concelho de Ribeira Brava. Nos últimos anos o desporto voltou a ser referenciado neste concelho, no entanto, desta feita, nem sempre pelas melhores razões. Vários problemas e recuos têm sido notórios no concelho de Ribeira Brava, desde o velho e degradado Campo Municipal de Ribeira Brava, o Centro Desportivo da Madeira que não serve os interesses da população e instituições do concelho; ao pavilhão que está condicionado por problemas estruturais de degradação; ao desaparecimento do Gabinete de Desporto do Município de Ribeira Brava, à desclassificação da zona (apetecível) do Campo Municipal de fins exclusivamente públicos (desportivos) para abrir uma janela de oportunidade no setor Imobiliário privado, à crise do clube de referência histórica do concelho – Clube Desportivo da Ribeira Brava, ao desaparecimento do Clube Mar da Ribeira Brava associado à EBSPPMA, até um conjunto de oportunidades perdidas na infraestruturização deste concelho que não acautelaram melhorias possíveis para a promoção do desporto, especialmente o dito “desporto para todos” e os desportos náuticos. Neste quadro degradante e de recuo da referência desportiva passada deste concelho, face a recentes desenvolvimentos já no decorrer deste curto mandato político Municipal, consideramos importante debater o desporto e especialmente as ações, as condições, as propostas e acima de tudo a estratégia da Câmara Municipal para inverterem este quadro negro do desporto da Ribeira Brava. Estas e outras questões que o debate certamente colocará são o mote para esta discussão em ordem de trabalhos sobre tão relevante matéria de interesse municipal – Os equipamentos desportivos no concelho de Ribeira Brava, na certeza de que a Ribeira Brava necessita urgentemente de uma nova política desportiva para Mudar à Brava, Mudar a Sério!» -----

----- O deputado Marco Almas do PTP questionou o executivo camarário sobre o começo das obras do campo de futebol, para quando a recuperação do pavilhão e o início das obras da escola.-----

----- O Senhor Presidente do Município disse que houve uma candidatura à Federação Portuguesa Futebol para a recuperação do Campo Municipal da Ribeira Brava, quanto ao sintético, existe também outras situações que necessitam de uma intervenção, nomeadamente as casas de banho, os balneários e o muro. Estava previsto que a decisão desta candidatura saísse no mês de Julho, no entanto ainda não saiu. Disse ainda que o executivo vai



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

lançar procedimentos para avançar, com a maior brevidade, com os cimentos para recuperação dum espaço muito importante para os jovens do concelho e que inicialmente pretendia-se alterar a estética do campo mas devido às dificuldades financeiras é necessário definir prioridades de construção, e um espaço com melhores condições é a prioridade neste momento, no entanto tentando sempre que a obra que se irá fazer não inviabilize situações futuras, e adiantou que a data prevista é que se comece a obra ainda este ano. A responsabilidade do pavilhão é da Direção da Juventude e desporto e é uma obra que está a cargo dos edifícios públicos.-----

---- A deputada Adelina Rodrigues do CDS questionou, caso a candidatura à FPP não seja aprovada, quem ficará responsável e se esta candidatura só contempla o sintético e a iluminação. -----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que a candidatura só contempla esses dois aspetos e antes de avançar com a mesma, a câmara informou-se e existe um protocolo, em que caso essa candidatura seja aprovada, essa verba reverterá a favor da câmara, no entanto com ou sem apoio a obra do campo tem de avançar. -----

---- O deputado João Abreu do PS interrogou sobre que tipo de intervenção irá ser realizada no pavilhão, visto não ser só as paredes que necessitam de intervenção e se a câmara está a fazer a manutenção e limpeza do centro desportivo.-----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que o Governo Regional pretende recuperar as paredes, as coberturas, as casas de banho e os balneários dos alunos e professores e que em relação à questão da limpeza do centro desportivo, a contrapartida obtida por parte da Sociedade de Desenvolvimento da Ponta Oeste, foi o uso de material (triefte) da Marina do Lugar de Baixo. -----

---- O deputado Luís Almada do CDS questionou sobre os valores monetários que estão associados à obra do campo de futebol.-----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que será de aproximadamente trezentos mil euros.-----

---- O deputado Marco Almas do PTP reformulou a questão sobre qual o prazo para a conclusão da obra. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que há questões que se alongam no processo do concurso, mas a data prevista será para ser possivelmente no mês de Janeiro.-----

---- A deputada Adelina Rodrigues do CDS solicitou esclarecimento sobre o valor estimado dos trezentos mil euros serão apenas para a colocação de sintético. -----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que será para tudo. -----

---- O deputado independente Domingos Andrade questionou o que será efetuado a nível desportivo nas outras freguesias do concelho.-----

---- O Senhor Presidente do Município disse em relação ao corredor verde está sinalizado através do plano de mobilidade, onde existe também uma proposta do CDS sobre a utilização da escola da laje, como apoio ao



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

corredor verde; em relação aos desportos náuticos, sempre que as instituições pedem apoio, a câmara tem apoiado sempre, quer seja dentro ou fora do concelho, houve também melhoramento da frente mar; vamos este ano receber no concelho as provas de canoagem «Open Race». Disse também que existem espaços no concelho que não são da tutela da câmara bem como escolas no concelho com polidesportivos abertos a toda a sociedade; foi também aprovado o regulamento do desporto que se tem revelado numa mais-valia para as associações. -----

---- O deputado independente Luís Drumond questionou, em relação ao campo municipal, se o investimento que será feito é a cem por cento do município se será convertido em património do município; e a exemplo da escola de futebol do AC Milan, que pratica o seu desporto no nosso concelho, se também terá acesso às estruturas e ou a que instituições estará concedido esse espaço e em que condições; e ainda até final do mandato, que pensa ter de projetos lançados e concretizados. -----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que em relação ao campo municipal, a autarquia irá fazer o investimento e a função principal do campo é a prática do futebol e o mesmo será aberto a toda a sociedade; em relação ao AC Milan que está a solicitar apoios, o regulamento do desporto criado é claro em relação a isso e diz que não é possível atribuir apoio a um segundo clube para a mesma modalidade; e em relação ao uso daquele espaço, na parte respeitante ao futebol, a prioridade é do Clube Desportivo da Ribeira Brava.-----

---- O deputado Fábio Santos do PS questionou se não é possível recuperar a zona do centro desportivo no âmbito da lei de meios. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que não será possível. -----

---- **Ponto catorze** – Proposta de Recomendação recuperação e requalificação para as antigas Escolas Primárias da Ribeira Brava.-----

---- O deputado Marco Martins do CDS disse que esta proposta vai no sentido de recomendar a utilização de património municipal. -----

---- O deputado Marco Almas do PTP disse que concorda com o teor da proposta mas tem dúvidas sobre a sua execução.-----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que o CDS primeiro vai ver aquilo que a câmara está a realizar para depois propor, no entanto também concorda com o conteúdo da proposta, e que tal como devemos remodelar as nossas casas, também o município deve recuperar as escolas e outro tipo de património.-----

---- Colocada à votação, a proposta de Recomendação, recuperação e requalificação para as antigas Escolas Primárias da Ribeira Brava foi aprovada por maioria, registando a abstenção do PS.-----

---- A deputada Manuela Gomes do CDS não votou, por não se encontrar presente na sala.-----

---- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, justificou a abstenção por considerar que a câmara



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

devia repensar na exploração daqueles espaços para fins turísticos, por exemplo e desta forma rentabilizar os espaços e reduzir custos. -----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, referiu que votou favoravelmente, no sentido de a recuperação tanto poder ser feita pela câmara municipal como também pela pessoa que irá explorar. -----

----- **Ponto quinze** – Proposta de recomendação Beneficiação de Pavimentos das Ruas e Estradas e Caminhos da rede viária municipal da Ribeira Brava. -----

----- O deputado Marco Martins do CDS disse que tendo em conta a proposta anterior, vem sugerir à câmara municipal a recuperação dos caminhos no concelho recorrendo à mão de obra própria. -----

----- Colocada á votação, a proposta de recomendação Beneficiação de Pavimentos das Ruas e Estradas e Caminhos da rede viária municipal da Ribeira Brava foi aprovada por unanimidade. -----

----- Foi lida a minuta das deliberações referente à presente sessão da Assembleia Municipal. -----

---- Colocada à votação, a minuta das deliberações, foi aprovada por unanimidade. -----

---- Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas dezanove horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Teresa Maria da Côrte Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia

(Horácio Ramos Ferreira)

A Primeira Secretária

(Teresa Maria da Côrte Gonçalves)

O Segundo Secretário

(José Jorge Fernandes Ornelas)